

ADALMIR LEONIDIO*

**TENDÊNCIAS DO MERCADO INTERNO DE PIRACICABA/SP
ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX**

Resumo: Este artigo, apresentando resultados parciais de pesquisa, visa discutir o espaço ocupado, a evolução, bem como a dinâmica interna da economia agrária de Piracicaba no interior da economia agroexportadora de São Paulo, entre os séculos XIX e XX. Está baseado em ampla fonte documental – quantitativa e qualitativa – e se utiliza do método reconstitutivo regressivo, em que a análise de dados parte do período em que eles são mais abundantes e vai regredindo até o momento em que são mais escassos, isto é, entre os primeiros anos da República e o fim do século XVIII.

Palavras-chave: Mercado interno, Piracicaba, Século XIX

Summary: This article, presenting resulted partial of research, aims at to argue the busy space, the evolution, as well as the internal dynamics of the agrarian economy of Piracicaba into the exporter economy of São Paulo, between centuries XIX and XX. It is based on ample documentary source - quantitative and qualitative - and if it uses of the regressive method, where the analysis of data has left of the period where they are more abundant and go back until the moment where they are scarcer, that is, she enters the first years of the Republic and the end of century XVIII.

Word-key: Domestic market , Piracicaba, Century XIX

Artigo recebido em 10/12/2010
Artigo aprovado em 22/04/2011

* Livre-Docente em História Ambiental do Brasil, Professor Associado do Departamento de Economia e Sociologia da ESALQ/USP. E-mail: leonidio@esalq.usp.br

Introdução

Já é lugar comum na historiografia brasileira ressaltar o aspecto predominantemente agroexportador da economia brasileira, desde suas origens coloniais. O que tem sido menos salientado, no entanto, são os diferentes padrões regionais de “crescimento para dentro” em diferentes momentos históricos. Do mesmo modo, a emergência industrial no Brasil tem sido explicada em função do desempenho do setor exportador e, em muitos casos, em função do setor cafeeiro. Seria um resultado imediato de crises do mercado externo, ou então estimulada pela evolução das taxas cambiais e tarifas de importação, as quais eram, direta ou indiretamente, influenciadas pela evolução das exportações. A industrialização seria então, sob essa ótica, primordialmente uma resposta das economias agroexportadoras à crise do mercado internacional, desencadeada inicialmente pela Primeira Guerra Mundial e de forma mais definitiva pela depressão dos anos 1930. Contudo, têm surgido numerosas evidências, dentro da história econômica recente, de que as origens da industrialização do Brasil foram bastante anteriores, e de que delas não estiveram ausentes quer a capacidade empresarial endógena – ligada às potencialidades do mercado interno – quer a entrada de investimentos estrangeiros, resultante da internacionalização do capital industrial dos países centrais, como é possível observar no período relativo à Primeira República¹. Bem como, parece ter sido fundamental para o desenvolvimento industrial de várias regiões do país, o fortalecimento gradativo da economia endógena.

Neste artigo, resultado parcial de pesquisa mais ampla em curso, pretende-se enfatizar a evolução agrária da região de Piracicaba, oeste do Estado de São Paulo, ao longo do século XIX. A pesquisa está apoiada em ampla fonte documental, tais como recenseamentos estatísticos, almanaques literários, relatos de viagem, manuais de agricultura, entre outros. Buscou-se enfatizar dados que mostrassem a evolução da estrutura fundiária, da produção agrícola, bem como da circulação de mercadorias interna e externamente à região. A análise dos dados colhidos utilizou-se do método reconstitutivo regressivo, partindo-se dos anos em que os dados eram mais abundantes, isto é, início do século XX, até chegar ao tempo em que se mostravam mais escassos, isto é, final do século XVIII.

¹ Exemplos destas tendências de “crescimento para dentro” da economia brasileira ao longo de sua história podem ser encontrados nos seguintes trabalhos: LIBBY, 1996; OLIVEIRA, 2002; SOARES, 1996; CASTRO, 1980; SUZIGAN & SZMRECSÁMYI, 2002; BERTRAND, 1988; FERREIRA, 2001.

A economia piracicabana no século XIX

Piracicaba compunha-se, até meados do século XIX, de vários municípios – depois tornados independentes –, ocupando vastas extensões de terras. No século XVIII, um termo da Vila de Itu, pertencente à província de São Paulo, era considerada “boca de sertão”, caminho para Mato Grosso, para aqueles em busca de ouro. As datas são pouco precisas², mas sabe-se que Felipe Cardoso, morador de Itu, obteve, em 1723, uma sesmaria que circundava o porto do rio Piracicaba, nas proximidades do Salto. Fundamental neste sentido foi a decisão do governador da capitania de São Paulo, D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, de doar sesmarias e intensificar o processo de povoamento de Piracicaba, a fim de servir de fonte de víveres para a recém-criada colônia de Iguatemi³. Em 1727, segundo relato de Domingos Lourenço de Araújo, em uma das monções que descia o Tietê em direção a Cuiabá, havia no Salto de Piracicaba “quatro formosas roças com gente, mas muitas despovoadas”. Segundo o mesmo relato, pouco depois estas roças teriam sido abandonadas, em função, sobretudo, de seu isolamento: “Este Rio (Piracicaba) tem algumas Itaipavas, mas todo ele está cercado de matos capazes todos de roças: porém como faltavam as conveniências do Cuiabá, e este porto era o mais distante, deram os mineiros em o não continuar, e assim se perderam as roças que nele havia” (TAUNAY, 1976: 32).

A povoação foi fundada oficialmente em primeiro de agosto de 1767, mas, por esta data, nela já haviam ranchos e roçados estabelecidos, graças ao picadão aberto por Felipe Cardoso, que ligava Itu ao Salto do Rio. Em 1769, o relato do capitão-mor Theotônio José Juzarte dá conta da existência de uma “povoação situada para as cabeceiras deste Rio (Piracicaba)” (TAUNAY, 1976: 227). Sabe-se igualmente que a região fora habitada pelos índios Paiaguás⁴, mas que eles viviam da caça e da pesca, não praticando a agricultura (*Almanack de Piracicaba para o ano de 1900*, 1899). A partir de 1774, a povoação foi elevada a freguesia e novas sesmarias foram sendo concedidas desde então. Desde 1729, as concessões

² O *Almanack de Piracicaba para 1900* informa que Pedro de Moraes Cavalcanti requereu, em 1693, uma sesmaria abrangendo os dois lados do rio Piracicaba.

³ A colônia militar de Iguatemi foi criada com o intuito de guardar a fronteira com o Paraguai. Os relatos existentes informam que quando ela foi fechada, em 1775, a lavoura de Piracicaba sofreu forte retração.

⁴ Os paiaguás representaram uma forte resistência ao processo de colonização da região, só sendo derrotados em 1733, quando partiu de São Paulo uma expedição armada organizada pelo capitão geral Antonio Luiz da Távora, comandada por Gabriel Antunes Maciel e composta por considerável número de posseiros já estabelecidos em Piracicaba.

de sesmaria estavam limitadas a três léguas de comprimento e uma de largura, ou a três de largura e uma de comprimento. Apesar das dificuldades em se cumprir a Provisão régia de 19 de maio de 1729, parece que esse critério tendeu a prevalecer (TORRES, 1975). Por esta época, de acordo com um recenseamento da capitania de São Paulo, ainda não se plantava cana em Piracicaba, apenas milho, feijão, arroz e algodão, num total de 45 unidades e 231 pessoas (TORRES, 2003). Mas já em 1799 podia-se contar 9 engenhos em funcionamento, com uma produção total de 1922 arrobas de açúcar (RAMOS, 2001).

Este quadro histórico da região ao longo do século XVIII nos permite adiantar uma conclusão fundamental no âmbito deste trabalho, ainda que tal conclusão precise ser melhor corroborada por dados posteriores. Isto é, o processo inicial de colonização de Piracicaba não esteve inserido nos marcos comerciais comandados pela grande lavoura. Assim, no início do século XIX, a população e a economia de Piracicaba haviam se desenvolvido de tal forma que não estavam aquém de nenhuma outra cidade do interior paulista, como pode ser visto na tabela a seguir, relativa à sua demografia. A cidade havia se tornado referência da província de São Paulo, concentrando produções dos principais produtos agrários de destaque no cenário regional, nacional e internacional. As ruas da cidade à época viviam cheias de negociantes, comerciantes, mascates e escravos. O complexo canavieiro que se iniciava seria, anos mais tarde, o carro-chefe da economia local, fazendo parte do que se chamava, à época, “quadrilátero do açúcar”. As grandes fazendas predominantes na cidade caracterizavam-se por seus engenhos não só destinados ao açúcar, mas também à aguardente. O “complexo cafeeiro” apareceu na região por volta da metade daquele século, formando um importante investimento no estado e concentrando-se principalmente na cidade de Campinas.

Tabela 1: População de Piracicaba, Sécs. XVIII e XIX

Ano	População
1773	183
1774	231
1816	2.000
1822	2.200

1827	6.879
1828	8.311

Fonte: LEONIDIO & GARCIA, 2010

Conforme a historiografia tem destacado, o algodão, o açúcar e o café contribuíram significativamente para a formação e a consolidação da economia piracicabana. Ao longo do século XIX, o algodão perdeu mercado no cenário mundial, fazendo com que a produção do algodão local diminuísse, como pode ser observado na tabela a seguir. Com isso, houve também uma maior dedicação ao mercado doméstico, como por exemplo, para confecção de vestimentas. Nas regiões produtoras de café, o algodão tinha outro destino: confecção de sacos para armazenar o café que seria exportado. Portanto, o desenvolvimento da produção cafeeira colaborou para o desenvolvimento de outros setores, como por exemplo, a produção de algodão, que, graças ao café, não sofreu um impacto ainda maior, devido à crise de exportação.

Tabela 2: Exportação anual de algodão entre 1862 e 1867 em Piracicaba

Anos	Produção total (arrobas)
1862-63	87
1863-64	886
1864-65	7.107
1865-66	194.959
1866-67	235.120

Fonte: TERCI, 2001: 57-84

A atividade econômica da cidade de Piracicaba no início do século XIX esteve fortemente ligada ao “complexo canavieiro”, até que, na metade daquele século, com a emergência do “complexo cafeeiro”, as duas atividades agrícolas passaram a se desenvolver

paralelamente, em especial entre 1850 e 1880 (RAMOS, 2001: 57). É bem verdade que entre 1830 e 1840, a participação do café nas exportações brasileiras ultrapassava 40%, enquanto o açúcar vinha em segundo lugar, com pouco mais de 20% da participação total. Mas após o início da cultura do grão ter passado pelo Vale do Paraíba, foi no interior de São Paulo que o complexo cafeeiro expandiu-se.

Concentrando-se nas regiões de Campinas e Piracicaba, este rápido crescimento da cultura cafeeira no interior paulista foi responsável pela triplicação da produção de café brasileiro entre os anos de 1820 e 1840 (RAMOS, 2001:59). Inicialmente, Campinas destacava-se como grande centro produtor. O café apresentava-se como sendo um bom investimento, por sua produção ser menos custosa que a produção de açúcar, por seu transporte ser mais fácil e por possuir demanda internacional crescente – o que era garantia de lucros, ano após ano. O surto do café naquela região trouxe à tona a dificuldade de se conseguir mão-de-obra. O problema foi solucionado inicialmente com o tráfico inter-regional e anos mais tarde com a intensa atividade migratória, de origem européia, para os cafezais da região. Campinas mostrou-se uma região promissora para a atividade cafeeira, e, fomentada pelos investimentos na região, gradualmente foi substituindo o as fazendas de açúcar existentes. Nos grandes latifúndios logo se substituíam a antiga cultura pela do café, colocando em evidência a supremacia cafeeira que vigorava no país e principalmente no interior paulista.

Como dito, o início da atividade canavieira em Piracicaba data do final do século VXIII, quando os produtores de açúcar deixam as desgastadas regiões litorâneas e migram para as chamadas terras de “serra acima”, encontrando nesta região terras mais férteis e com mais disponibilidade de recursos naturais. Entretanto, tinha-se dificuldade de transporte para o escoamento da produção até o porto de Santos. Dificuldades estas que foram vencidas com a adoção de técnicas de transporte pelos rios da região, ou através de estradas ainda bastante precárias. Não demorou muito e Piracicaba deu lugar às maiores fazendas de cana da província de São Paulo. Nesta época era comum encontrar fazendas produzindo exclusivamente açúcar e aguardente nos seus engenhos e, já em 1836, Piracicaba, juntamente com Itú e Tietê fornecia um quinto da produção de açúcar de todo o estado (RAMOS, 2001: 68).

Entretanto, para melhor entendermos o efeito provocado pela expansão do complexo cafeeiro em Piracicaba, na tabela a seguir evidenciam-se as transformações ocorridas no interior paulista entre 1836 e 1855, auge da expansão deste complexo. Nela, observa-se que o café não ganhou tanta força em Piracicaba como ganhou em outras regiões. O caso de maior destaque é o de Campinas, em que o café substituiu quase totalmente o açúcar nas exportações.

Tabela 3: Distribuição e Evolução do Açúcar e Café entre 1836-1837 e 1854-1855

Municípios	1836-1837				1854-1855			
	Açúcar		Café		Açúcar		Café	
	Quant.	Distr.	Quant.	Distr.	Distr	Ind.	Distr.	Ind
Campinas	152.922	35.3	4.927	5,6	6.6	8	40.5	6.254
PIRACICABA	71.213	16.4	2.587	3	21.0	54	2.5	643
Porto Feliz	66.75	15.4	383	0.4	20.3	56	1	1.904
Itú	66.495	15.3	1.086	1.2	21.8	60	0.7	367
Capivari	46.012	10.6	36	0	18.1	72	0.5	10.417
Jundiaí	12.146	2.8	810	0.9	0.6	9	3.3	3.079
Mogi das Cruzes	7.561	1.7	14.921	17	0.4	11	4.8	149
Mogi-Mirim	5.450	1.3	-	-	2.5	84	2.8	21.845
São Paulo	2.802	0.6	1.583	1.8	1.3	83	1.1	433
Sorocaba	802	0.2	1.114	1.3	0.4	96	0.5	228
Outros	1.165	0.3	60.210	68.7	7.0	1009	42.4	445
Totais	433.268	100	87.659	100	100	42	100	782
Quantidades 1854/55	-	-	-	-	-	184.049	773.892	-

Fonte: TERCI, 2001: 61

Na produção municipal, observa-se que o açúcar ainda até a primeira metade do século XIX teve crescimento considerável. Entretanto, após a segunda metade, a produção teve menos força, oscilando muito até o final daquele século. O café, por sua vez, teve avanço vertiginoso de produtividade, acompanhando patamares nacionais, durante quase todo o século, mas não substituindo por completo a produção açucareira, como o ocorrido em Campinas. Em destaque entre os bairros de Piracicaba, temos Rio das Pedras, hoje distrito de Piracicaba, conforme tabela abaixo:

Tabela 4: Produção de açúcar e café (em arrobas) – Município de Piracicaba

Ano	Açúcar	Café
1828	92.439	13
1836	115.609	4.699
1854	180.000	12.500
1857	100.000	80.000
1866	39.400	112.850
1887	77.000	20.400
1888	50.000	259.150
1896	125.468	147.000

Fonte: TERCI, 2001, p. 72

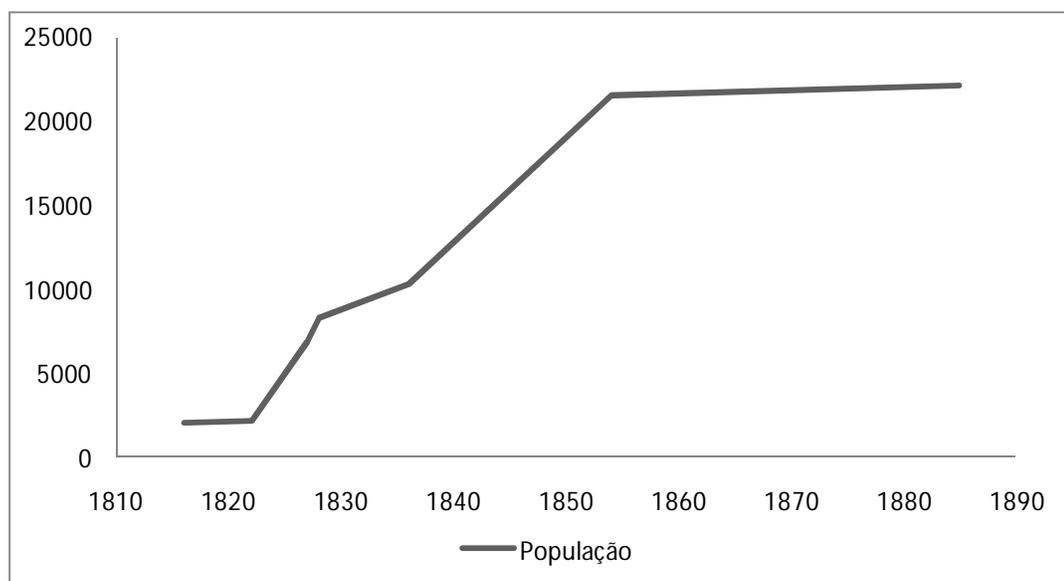
Como visto anteriormente, os dados mostram que não houve substituição da produção de açúcar pela produção de café na economia piracicabana. As duas produções deram-se paralelamente entre 1851 e 1880. O fato deve-se, em parte, à proibição do tráfico negreiro em meados do século XIX e mormente ao fim da escravidão em 1888, que teve como efeito principal a crescente expansão da mão-de-obra livre, constituindo-se, assim, um mercado consumidor em potencial, baseado da demanda por bens de consumo, como açúcar e aguardente. Portanto, a produção destes bens no interior paulista e principalmente em Piracicaba, continuou a existir na passagem do século XIX para o XX. Outro fator importante da insistência na produção açucareira residia no fato de que o café enfrentava uma estrutura de

produção recente, tornando a produção de cana preferível à do café (RAMOS, 2001: 70).

Assim, temos o fenômeno das “fazendas mistas”, fazendas em que se tinha a produção de diversas culturas como café, açúcar e algodão, por exemplo. E a predominância do açúcar acabava beneficiando-se da estrutura recém trazida pelo complexo cafeeiro, que começava a moldar a malha de transporte ferroviário do interior paulista, trazendo consigo o aparecimento de indústrias de máquinas, têxteis e de novos vilarejos, representando novos mercados consumidores.

Dessa forma, no final do século XIX, a cidade ganha destaque no cenário estadual. Há maiores fluxos monetários, o comércio está aquecido, e grandes fluxos de compradores e vendedores ambulantes que viam nos arredores de Piracicaba uma boa oportunidade de negócio, apareciam na região. Os bairros estavam mais populosos, as pessoas consumiam mais bens de consumo e novos produtos apareciam no mercado. Um Mercado Municipal poria ordem na comercialização da cidade e faria de Piracicaba um centro de referência para a comercialização regional, conforme veremos a seguir. O gráfico a seguir nos dá uma idéia da tendência demográfica da região e mostra um salto populacional na passagem do século XIX para o XX.

Gráfico 1: Evolução da População de Piracicaba, Séc. XIX



Fonte: LEONIDIO & GARCIA

Tendências históricas de crescimento endógeno em Piracicaba

Como visto, Piracicaba iniciou seu processo de colonização, no século XVIII, com base na expansão do cultivo de alimentos, voltados inicialmente para atender a colônia de Iguatemi, bem como as monções que vinham de Porto Feliz e dirigiam-se a Cuiabá. Ao longo do século XIX, pode-se observar uma nítida expansão das áreas de cultivos de alimentos. Segundo o recenseamento de 1818, apesar do predomínio numérico das pequenas e médias unidades, as grandes unidades agrárias predominavam amplamente em termos de ocupação do espaço, com áreas médias respectivas de 26,15 hectares, 130,20 hectares e 7.986,64 hectares. Excetuando as áreas não calculadas, que correspondem ao expressivo número de 110 unidades, as áreas totais ocupadas pelas pequenas, médias e grandes unidades em 1818 são, respectivamente de 1.268,08 hectares, 7.431,82 hectares e 286.430,15 hectares. Isto é, uma área maior que o dobro da atual área do município de Piracicaba, que é de 137.000 hectares. Os recenseamentos de 1822 e 1835 referem-se apenas ao distrito de Rio Claro. Eles mostram um crescimento expressivo das pequenas e médias unidades, em termos de ocupação de área produtiva, bem como da produção de alimentos, em particular do milho, base da alimentação local (LEONIDIO, 2010).

É interessante notar que o crescimento do número de famílias entre 1822 e 1835 não foi acompanhado pelo crescimento das áreas médias destinadas a cada família, havendo inclusive, em alguns casos, diminuição das áreas respectivas. Isto aponta para um retalhamento das pequenas unidades de produção. E apesar de ter havido um crescimento expressivo da área total das pequenas unidades, não dá para concluir, como fez Dean (1977), que elas predominavam em relação às grandes unidades, a menos que as áreas das grandes unidades tivessem diminuído, o que não é provável, dada a expansão da atividade canavieira no mesmo período. Em 1816, o município de Piracicaba tinha ao todo 18 engenhos; em 1836 este número saltou para 78 (NEME, 1939). Agora, se considerarmos os dados de 1828, que se referem a todo o município, veremos que as áreas de alimentos cresceram bastante em relação a 1818. Só a área ocupada pelo milho era de 215.781 hectares, contra uma área total das pequenas e médias unidades de pouco mais de 8 mil hectares em 1818.

Houve também redução da produção para alguns gêneros, entre 1828 e 1835. Mas apesar do crescimento do número de engenhos, houve redução na produção total, bem como

um crescimento da produção de café, sugerindo uma estrutura bem mais heterogênea do que a das áreas típicas de *plantation* do Brasil desde a época colonial. A tabela a seguir mostra o espaço ocupado pelas unidades de subsistência, bem como a das atividades de pastoreio, dentro das unidades canavieiras.

Tabela 5: Produção geral dos engenhos – Vila Nova de Constituição, 1835

Distrit.	Eng	Açúcar	Milho	Arroz	Feijão	Algod	Café	Fumo	Mand.	Gado
Norte	17	35.443	15.038	747	2.750	167	127		70	3.064
Sul	24	21.561	9.340	1.190	1.567	10	30	38		1.014
Total	41	55.004	24.378	1.937	4.297	177	157	38	70	4.078

Fonte: TORRES, 1975

Trata-se, como se vê, de uma produção demasiadamente grande para que se assuma que ela se destinava tão somente ao consumo da própria fazenda, sugerindo certa dinâmica com os mercados regionais, não havendo aquela especialização típica das grandes lavouras. Isto parece ser corroborado pela própria estrutura escravista da região. Em 1822, o número total de estabelecimentos sem escravos era muito superior ao número de estabelecimentos com escravos, 121 contra 40. Em 1835 esta diferença é ainda maior, 221 contra 65. O número médio de escravos variava muito dependendo do tipo de unidade produtiva, pequena, média ou grande. Mas dificilmente chegava à média dos engenhos nordestinos, de 300 escravos ou mais⁶. Em 1883, por exemplo, Piracicaba contava com apenas 5.339 escravos, contra 13.413 de Campinas, uma área de monocultura cafeeira (BARROS, 1883).

Em 1835, as atividades de pastoreio também ocupavam um espaço significativo na paisagem agrária da região, com especial destaque para a criação de porcos, base do fornecimento de proteínas para a população local. Isto mostra mais uma vez a importância das pequenas unidades produtivas tanto na economia quanto na paisagem da região. Os dados da tabela a seguir resumem este quadro.

Tabela 6: Atividade de pastoreio (cabeças) – Vila Nova de Constituição, 1835

Distritos	Vacum	Cavalar	Muar	Suínos	Carneiros
Norte	624	218	340	3.770	31
Sul	927	153	85	2.218	
Total	1.551	371	425	5.988	31

Fonte: TORRES, 1975

Em 1837, todos os números relativos à produção agrícola cresceram bastante, inclusive os do café, que passou de 127 arrobas em 1835 para 4.699 em 1837. Chama a atenção em especial o crescimento das lavouras de subsistência, em particular arroz, feijão e milho, que quase quadruplicaram suas áreas totais em apenas nove anos. Em 1828 a área total ocupada por estas três culturas era de 249.141 hectares, passando a 849.662 hectares em 1837 (MÜLLER, 1838, p. 127).

O recenseamento de 1855, comparado ao de 1818, revela que houve um aumento considerável na área total ocupada pelas pequenas e médias unidades, 2.392 e 10.224 hectares, contra 1.268 e 7.431 hectares, respectivamente, mas uma redução significativa na área das grandes unidades, 219.653 hectares em 1855 contra 286.430 hectares em 1818.

No fim do século XIX houve avanço considerável das áreas de cana. Mas esse avanço não significou um recuo das lavouras de alimentos. A produção de alimentos também sofreu uma expansão considerável, a partir do final do século XIX e início do XX, como nos mostra a tabela a seguir. A Câmara Municipal de Piracicaba declarava, em 1835, em relatório ao presidente da província que já não havia terras públicas na região. Contudo, é de se duvidar que a região fosse uma fronteira fechada. Pode-se, inclusive, conjecturar que parte significativa da expansão da cana e do café depois de 1875 tenha se dado às custas das vastas porções de áreas incultas deixadas pela cana em período anterior.

Tabela 7: Evolução da propriedade – Piracicaba, 1905/1935

Categoria	1905	1935
Até 60 hectares	339 propriedades	2.254 propriedades
Até 242	171	307
Mais de 242	93	79
Total	603	2.640
Média	74,55	23,76

Fonte: NEME, 1939

A esta altura, final do século XIX, Piracicaba tinha vivido intensamente o processo de expansão da cafeicultura, inclusive com a vinda de crescentes levas de imigrantes, sendo notáveis as transformações da cidade. Este processo teve resultados significativos para a diversificação da economia endógena de inícios do século XX: o café continuava voltado prioritariamente para o mercado externo e o açúcar, aguardente e outros bens, tendiam a ocupar um espaço considerável no mercado interno. Além desses, produtos alimentícios básicos como milho, arroz, feijão e fumo aparecem como destaque na produção doméstica - estimulados pelo crescimento demográfico - e eram comercializados nos aglomerados comerciais das vilas dos imigrantes e no centro da cidade.

Não tendo o açúcar sido substituído pelo café, como em outras regiões, o final do século XIX ainda guardava à Piracicaba a inauguração de novas usinas, vindas do investimento de fazendeiros não só do açúcar, mas também do próprio café. Junto às novas usinas, veio a necessidade de maior quantidade de mão-de-obra para atender as novas “fazendas mistas”, que agora demandavam funcionários para as duas culturas durante boa parte do ano: isto aumentava a empregabilidade no campo e tirava seu caráter sazonal, apoiada agora em duas ou mais culturas. Em função da crescente demanda, começou a configurar-se na região uma “falta de braços”, sobretudo para a lavoura de alimentos, potencializada pela

preferência dos imigrantes a trabalhar em regiões majoritariamente cafeeiras, que permitiam melhores retornos econômicos.

Havia em Piracicaba duas colônias de imigrantes, a de São Leopoldo, na fazenda do comendador Souza Barros e a de Santo Antônio, de Elias Silveira Leite, compondo ao todo cerca de 400 trabalhadores (TORRES, 1975). Graças ao tipo de contrato em vigor, que permitia às famílias cultivarem nas linhas dos cafezais gêneros alimentícios, tendeu a fortalecer-se certo circuito mercantil entre estas colônias e os centros urbanos adjacentes. Em função deste contexto, em 1851 o juiz municipal da Comarca de Constituição afirmava em ofício ao Presidente da Província que os colonos abasteciam as vilas de Limeira e Rio Claro de hortaliças e legumes que plantavam em seus dias de folga.

O açúcar, a aguardente e o algodão também se encontravam ligados a essas famílias imigrantes, e compunham itens comuns no comércio da cidade.. Era comum encontrar engenhos destinados especialmente à produção de aguardente para o mercado interno de Piracicaba. A aguardente, sub-produto da cana-de-açúcar, a partir dos escassos dados disponíveis (tabela), mostrou um crescimento considerável ao longo do século XIX, passando de 190 can. em 1835 para 216.420 can. em 1866. Comparando tais dados com os da produção de açúcar nos mesmos anos, nota-se que a produção de açúcar diminuiu (de 55.004 arrobas pra 39.400 arrobas), enquanto a de aguardente cresceu. Tais dados indicam que, com o declínio das exportações de açúcar brasileiro, passou a dividir-se mais a produção entre seu produto principal, o açúcar, e seus sub-produtos, como por exemplo a aguardente, que se destinava ao mercado doméstico. Por outro lado, a população recém-chegada demandava vestimentas, alimentos, bebidas e bens de consumo em geral.

Tabela 8: Produção de Aguardente em Piracicaba – século XIX

Ano	Produção
1835	190 can.
1854	5.200 barris
1866	216.420 can.

Fonte: *Almanaque de Piracicaba*, 1955

Algumas produções menos expressivas no leque agrícola de Piracicaba ganhavam espaço, com a crescente demanda interna. Assim como o milho, a produção de feijão também era voltada para atender a demanda doméstica e também apresentou oscilações na produção. Entretanto, diferentemente do milho, que no período entre 1828 e 1866 registrou queda de 31,52%, a produção de feijão cresceu 75,31%, passando de 9.073 alqueires em 1828, para 15.906 em 1866 (tabela). Tal expansão da colheita de feijão indica que o produto tinha uma demanda crescente no mercado interno, pois era um gênero importante na composição da alimentação da população local. O arroz, assim como o milho e o feijão, também registrou oscilações ao longo do período analisado, com uma pequena queda da produção entre 1828 e 1835 (27,25%), mas entre 1835 e 1866 aumentou 30,45%, passando de 3.428 para 7.900 arrobas (tabela). Já a variação entre 1828 e 1866 foi de 67,66%, o que indica, assim como no caso do feijão, que o arroz era um importante produto na demanda de alimentos da população e, com o seu crescimento, fez-se necessário aumentar a produção para atender essa demanda local crescente. Já a produção de fumo, que se caracterizou como um produto de participação acessório ao longo dos séculos no Brasil, entre 1828 e 1854 registrou aumento de aproximadamente 700% na região de Piracicaba. Tal elevação foi contrária à tendência brasileira de estagnação ou até queda da produção, ocasionada pela restrição de mercado devido ao combate ao tráfico de escravos na metade do século XIX.

Tabela 9: Produção de gêneros alimentícios, Piracicaba, século XIX

	Produção de Feijão em Piracicaba – século XIX	Produção de Milho em Piracicaba – século XIX	Produção de Arroz em Piracicaba – século XIX
Ano	Produção (alq)	Produção (alq)	Produção (arrobas)
1828	9.073	89.166	4.712
1835	6.319	48.341	3.428
1866	15.906	61.060	7.900

Fonte: *Almanaque de Piracicaba*, 1955

Como dito, isto mostra uma relativização considerável do modelo *plantation* na região de Piracicaba. Este sistema, baseado na monocultura exportadora e no trabalho escravo, cedia lugar vagarosamente, sobretudo na segunda metade do século XIX, às fazendas mistas, com a maior parte da mão-de-obra assalariada e com a produção não mais voltada somente para o mercado externo. Bem antes do fim do tráfico de escravos e do início da imigração européia, Piracicaba tinha uma estrutura escrava atípica, se comparada não apenas com regiões de *plantation* clássicas, mas também com outras áreas monocultoras próximas, como Campinas. Em 1818, possuía 956 escravos e 1822 este número salta para 1302, a maioria alocada nos engenhos de açúcar. O número de escravos em uma fazenda dificilmente ultrapassava 20 pessoas, mesmo nas maiores da região (TORRES, 1975).

Apesar do predomínio da forma parceria entre colonos ligados ao café, havia uma tendência crescente ao assalariamento. A consequência disto foi a emergência de novas classes trabalhadoras que fomentavam o crescimento do comércio e dava sustentáculo para a produção doméstica e para a construção de um mercado com crescimento considerável. A partir disso, a reprodução do capital tornou-se possível, uma vez que existia uma demanda em potencial capaz de criar a sustentação da economia interna do município. O século XIX terminava com um crescimento considerável da cidade, entrando no século XX com novas usinas sendo fundadas, novas estações experimentais de produtos agrícolas, novos mercados e demandas emergentes.

Este crescimento da demanda interna fez-se refletir, mas também foi influenciada, pela fundação de um mercado municipal. A história do mercado municipal de Piracicaba começa bem antes de 5 de julho de 1888, dia da abertura de suas portas e realização dos seus primeiros negócios. As primeiras manifestações em prol da construção do mercado datam de 1882, quando, em jornais locais, as autoridades da época reivindicavam intervenções da Câmara Municipal a respeito da criação do Mercado Municipal.

A *Gazeta de Piracicaba*, jornal popular da cidade, freqüentemente trazia editoriais referentes ao crescimento da cidade e deixava clara a necessidade da criação do Mercado. Em várias edições manifestava-se a opinião popular sobre o referido assunto, que ganhava força na Câmara Municipal. Na cidade, à época, não havia um centro comercial. Havia os “quartos de comércio”, que se estendiam pelas principais ruas da cidade, como as ruas Tiradentes e Prudente de Moraes. Os sitiantes, negociantes e pescadores conduziam suas mercadorias pelo

lombo de animais até as ruas onde o comércio se concentrava e ali faziam suas transações, ou então iam de porta em porta, oferecendo suas mercadorias. Este era o comércio popular de Piracicaba, onde se comercializava couro, fumo, aguardente, café, açúcar, animais, escravos e pequenas engenhocas. O crescimento deste comércio ambulante acabava por pressionar a criação de um mercado fixo.

Os anos que se seguiram após 1883 foram de intensa negociação. Os vereadores apresentavam na Câmara projetos de construção para serem analisados pelos órgãos competentes do município. Era necessário também saber se o município teria recursos suficientes para a realização da obra. Então, por várias vezes, projetos foram levados ao conhecimento público para que grandes empresários da época participassem do financiamento da obra. Os políticos contratavam engenheiros que escolhiam o local mais adequado para as obras e, após calculados seus custos, apresentavam este projeto em sessão da Câmara.

A população da cidade reagia de maneira positiva à situação que se apresentava: a construção do mercado traria benefícios não somente pela edificação, mas por organizar, centralizar e concentrar compradores e vendedores em um único local de acesso a todos da região. Além destes, acreditava-se, benefícios como água para usufruto da população e melhores estradas viriam juntos com a construção deste Mercado, que daria à cidade o surto progressista que estava ocorrendo em outras cidades do interior de São Paulo.

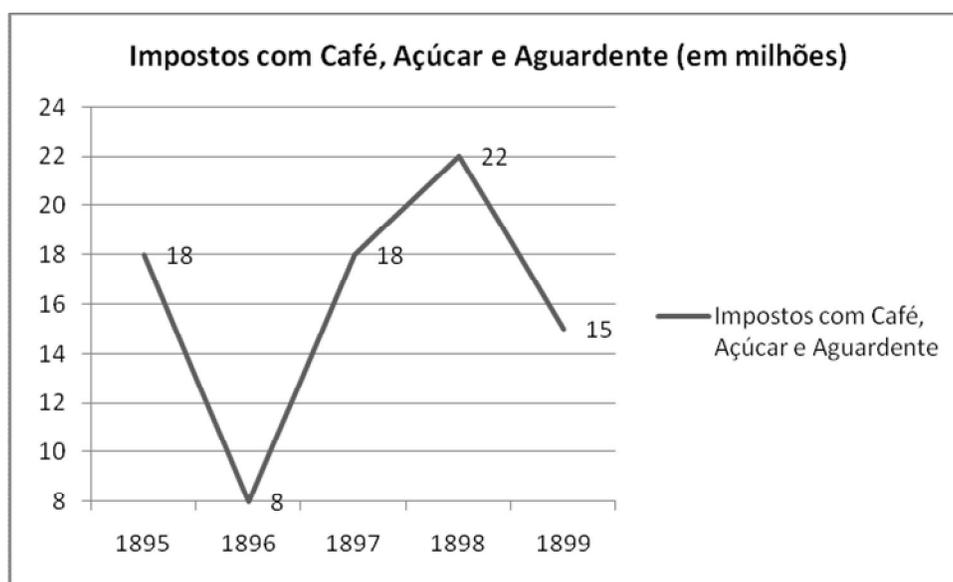
À frente do projeto por várias vezes, o vereador Dr. Moraes Barros apresentou projetos e plantas da construção da obra para a Câmara da cidade. Localizado em antigas terras de ricos fazendeiros locais, em meados de 1886 deu-se início a construção do Mercado. Os anos que se seguiram no período entre a construção e o término foram de intensa negociação com moradores da cidade, que cederam terras, dinheiro e até participaram das discussões para a escolha do melhor local para a fundação do mercado. Por vezes o projeto inicial foi reformulado e o local de fundação trocado. Outras vezes, passava pela assembleia legislativa da cidade, que freava o processo de construção. Outras ainda, sofria pressões de jornais locais para o aceleração da construção. Como voz popular, a *Gazeta da Piracicaba*, em suas publicações, sempre expunha algumas questões duvidosas sobre a localização, a regulamentação e até mesmo sobre a planta do edifício. Entretanto, ressaltava que a construção do mesmo se fazia muito necessária para o desenvolvimento da cidade e do

comércio local, e esta construção não poderia ser negada mesmo, não estando adequada ao orçamento da cidade.

A construção avançou, e em março de 1887 o prédio estava finalmente pronto, mas não podia ser inaugurado pela falta de regulamentação. O engenheiro responsável pela obra, Miguel Asmussen afirmou na ocasião: “Poder-se-ão vender pequenas porções, fazendas, armarinhos ferragens, bebidas, entre toda a sorte de gêneros de balcão...”. Pronta a obra, foram regulamentados os encargos a serem cobrados para cada transação, os valores a serem negociados e os empregados para trabalhar no Mercado. No princípio de maio de 1888, foram feitas obras nas ruas adjacentes ao Mercado para facilitar a passagens de carruagens e animais. A melhoria do pátio para alocação de rebanhos também foi feita e em 5 de julho de 1888 o Mercado Municipal de Piracicaba foi finalmente inaugurado, exercendo a função que lhe cabia.

Nos anos seguintes, gradualmente o mercado passou a executar a função à qual fora delegado, concentrando as atividades comerciais, dinamizando o giro da economia local e deixando a cidade reconhecida regionalmente por seu grande potencial de comercialização. Para melhor observarmos a situação, vejamos a seguir um gráfico do aumento da arrecadação de impostos na cidade, cerca de dez anos após a inauguração, para termos uma idéia do impacto do Mercado Municipal nas contas do Município.

Gráfico 2



Fonte: Almanak de Piracicaba para o ano de 1900, vários autores

Portanto, a construção do Mercado Municipal trouxe benefícios além dos imaginados pela centralização e a concentração dos comerciantes. Os benefícios para o comércio, para a cidade e para a população estavam aos poucos fortificando o desenvolvimento de um mercado promissor que faria Piracicaba compor uma das cidades em destaque no interior paulista, mormente após 1930, quando ela passou a acompanhar o crescimento industrial do resto do Estado de São Paulo.

Considerações finais

Como dito no início do artigo, apresentamos aqui resultados parciais de uma pesquisa mais ampla, que ainda aguarda estudo detalhado da estrutura demográfica, bem como da dinâmica comercial interna da cidade Piracicaba, bem como sua relação com outras regiões do Estado e fora dele. Contudo, apenas com base nestes dados preliminares, dá para ver que a tendência na região não foi a da especialização da produção, como no Vale do Paraíba ou mesmo na cidade próxima de Campinas. Ao contrário, houve forte diversificação da pauta produtiva, com crescente aumento das áreas de cultivos de alimentos ao longo do século XIX, caracterizando a região como possuidora de uma economia mista com um considerável componente endógeno.

Referências bibliográficas

Almanack de Piracicaba para o ano de 1900, 1899

Almanaque de Piracicaba para o ano de 1955; Organizador Helio M. Krähenbühl; Editor João Mendes Fonseca, 1944.

BARROS, Manoel de Moraes. O município de Piracicaba, *Gazeta de Piracicaba*, 21, 23, 26/09/1883.

BERTRAN, Paulo. *Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil*. Brasília: Codeplan, 1988.

CASTRO, Antônio Barros de. *Sete ensaios da economia brasileira*, v. 2. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980.

DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema de grande lavoura (1820-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FERREIRA, Roquinaldo. “Dinâmica do comércio intracolonial”. In: FRAGOSO, João Luís (org.). *O Antigo Regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LEONIDIO, Adalmir. “Sistemas agrários e dinâmica de paisagem: Piracicaba/SP, 1723-1930”. Mimeografado. Piracicaba: ESALQ/USP, 2010.

LEONIDIO, Adalmir & GARCIA, Juliana Theophilo. “Pressão demográfica e dinâmica de paisagem: Piracicaba/SP, 1723-1930”. Mimeografado. Piracicaba: ESALQ/USP, 2010.

LIBBY, Douglas Cole. “Protoindustrialização em uma sociedade escravista: o caso de Minas Gerais”. In: SZMRECSÁMTYI, Tamas; LAPA, Roberto Amaral (orgs.). *História econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec, 1996.

NEME, Mário. *Um município agrícola*. Piracicaba: Revista do Arquivo Municipal, 1939.

OLIVEIRA, Maria Teresa R. de. “Indústria têxtil mineira no século XIX”. In: SILVA, Sérgio S.; SZMRECSÁMTYI, Tamas (orgs.). *História econômica da Primeira República*. São Paulo: Edusp, 2002.

RAMOS, Pedro. História econômica de Piracicaba (1765-1930). In: TERCI, Eliana Tadeu (org.). *O desenvolvimento de Piracicaba: história e perspectivas*. Piracicaba: Unimep, 2001.

SOARES, Luiz Carlos. “A indústria na sociedade escravista: as origens do crescimento manufatureiro na região fluminense em meados do século XIX (1840-1860)”. In: SZMRECSÁMTYI, Tamas; LAPA, Roberto Amaral (orgs.). *História econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SUZIGAN, Wilson & SZMRECSÁMTYI, Tamas. “os investimentos estrangeiros no início da industrialização no Brasil”. In: SILVA, Sérgio S.; SZMRECSÁMTYI, Tamas (orgs.). *História econômica da Primeira República*. São Paulo: Edusp, 2002.

TAUNAY, Alfredo E. (org.). *Relatos monçoeiros*. São Paulo: Martins, 1976.

TERCI, Eliana Tadeu. *O desenvolvimento de Piracicaba - História e Perspectivas*. Piracicaba: Editora Unimep, 2001.

TORRES, Maria Celestina. *Aspectos da Evolução da propriedade rural em Piracicaba no tempo do Império*. Piracicaba: Academia Piracicabana de Letras, 1975.

TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. *Piracicaba no século XIX*. Piracicaba: Degaspari, 2003.